
O CONCEITO DE CULTURA

EM TERY EAGLETON

E GEORGE SIMMEL*

CÁTIA FRANCIÉLE SANFELICE DE PAULA**

Resumo: o artigo discute o conceito de cultura a partir de Terry Eagleton e George Simmel, destacando as diferenças de abordagem entre as duas perspectivas de análise. Propõe a sistematização do conceito articulando-o à discussão sobre experiência e evidências históricas em Thompson de modo a problematizar as perspectivas ora apresentadas.

Palavras-chave: Cultura. História. Evidências históricas.

No livro *A ideia de cultura*, o filósofo e crítico literário Terry Eagleton¹ nos coloca diante de uma discussão teórica amplamente debatida em torno do conceito de cultura. O autor aponta a necessidade de problematizar o conceito frente seu desgaste e utilização indevida em várias áreas do conhecimento. A discussão realizada por Eagleton possibilita perceber os limites e os avanços da historiografia, em especial as críticas realizadas ao pós-modernismo. Com Simmel², nos deparamos com uma conceituação de cultura que antecede o pós-modernismo, mas que, no entanto, tem servido como base para o pensamento pós-moderno. Em ambas perspectivas apresentamos o conceito de cultura, articulando-o à rica discussão trazida por Thompson acerca da importância da valorização das experiências e evidências históricas, de modo a problematizar as conceituações ora apresentadas.

O CONCEITO DE CULTURA EM TERRY EAGLETON

Demarcando sua posição no interior do marxismo, Terry Eagleton discorre sobre cultura, oportunizando pensar sobre suas diversas versões. Todas as versões discutidas pelo

* Recebido em: 15.12.2015. Aprovado em: 13.09.2016.

** Mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente da Universidade Federal da Rondônia. E-mail: cfsanflice@yahoo.com.br

autor possuem fundamentação e caminhos, porém, ao se posicionar Eagleton não deixa de apontar os limites e avanços de cada uma delas. Ao levantar várias possibilidades de estudo sobre cultura, o autor atribui ao conceito uma questão tautológica, ou seja, que a cultura existe na história da humanidade. Ao desnudar essa questão, enquanto crítico literário, Eagleton, ao mesmo tempo realiza uma leitura do conceito a partir do viés marxista e dialoga sobre como o conceito de cultura aparece no desenvolvimento do capitalismo, apontando suas mudanças ao longo do desdobramento da humanidade. Desde seu aparecimento, ligado ao manejo da terra, até a crítica ao capitalismo, o desafio é demonstrar que não é possível que a análise sobre cultura exclua as relações sobre a reprodução material da vida. Assim, lidar com o conceito de cultura, na concepção de Eagleton, é lidar com um conceito histórico, e em movimento.

Ao tratá-lo historicamente, o autor realiza um movimento histórico, acompanhando a ideia de cultura a partir das bases materiais considerando-a como um campo de hipóteses a serem investigadas. A intenção com a problematização da cultura, enquanto um conceito, está no fato de que os conceitos carregam questões históricas e ao mesmo tempo filosóficas. Porém, muitas vezes, o conceito é tomado por uma concepção filosófica-abstrata, desconsiderando-se os níveis de significados que adquirem historicamente. Nessa discussão, se contrapõe duas concepções. Uma concepção especulativa advinda da filosofia, na qual os conceitos são tratados de modo ideológico, de uma concepção investigativa da história, capaz de compreender e explicar historicamente e com base na realidade a constituição e as mudanças históricas e de sentido dos conceitos. Trata-se como pontua Fenelon, de compreender os conceitos enquanto problemas, mas “não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos” (FENELON, 2009, p. 46).

Nesta concepção, parte-se do princípio de que é necessária a interpretação dos conceitos a partir da realidade histórica, uma vez que a luz das evidências históricas outras tantas interpretações são possíveis e acessíveis. Por essa via de interpretação, o conceito de cultura é compreendido em sua historicidade. Do contrário, corre-se o risco de retirarmos a capacidade dos sujeitos na história em atribuir significados aos processos históricos vivenciados. A perspectiva de cultura apresentada por Eagleton, propõe uma análise de processo histórico de modo que se perceba a mudança histórica e, com ela, a mudança de significado que os fatos possuem para os sujeitos que os vivenciam em cada período.

Juntamente a concepção de processo histórico, está o entendimento de que não existe cultura que não seja ao mesmo tempo constituída pela classe dominante e pelas classes menos favorecidas na sociedade. Não se trata de considerar a cultura dos menos favorecidos como forma de fazer justiça. Assim, o entendimento sobre cultura continuaria dicotômico. Como se existisse uma contraposição entre ambas, prevalecendo desse modo, a ideia de uma cultura superior e outra inferior. Compartilhando dessa perspectiva, Fenelon considera que não há uma cultura autônoma a ser procurada, que esteja fora do campo de forças da relação de poder. Por esse motivo, a cultura se mostra como um campo rico e fecundo para estudar as condições sociais de classe.

Para avançar a discussão em torno do conceito de cultura, as contribuições teóricas trazidas por Raymond Williams sobre base e superestrutura ajudam a compreender cultura enquanto um processo de relações. Diferente da História cultural, que trabalha a cultura a partir da ideia de reflexo, para Eagleton, a cultura consiste em práticas sociais. Assim, compartilhando com a discussão de Williams a cultura não aparece como idealizada como se não

tivesse relação com a realidade. Do contrário, a cultura é entendida num processo de limites e de pressões (WILLIAMS, 2011) vivenciada pelos sujeitos em sociedade.

Então, devemos dizer que quando falamos de “base”, estamos falando de um processo, e não de um estado. E não podemos atribuir a esse processo algumas propriedades fixas a serem posteriormente traduzidas aos processos variáveis da superestrutura [...] Temos de reavaliar a “determinação” para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar “a base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2011, p. 47).

Embora a determinação da estrutura, exerça determinado predomínio, ela não significa o fim da história. Ao contrário, a estrutura age como pressão na vida das pessoas, ou seja, existe uma realidade dada, mas o capitalismo determina a vida das pessoas em determinadas proporções. Sendo assim, as determinações presentes na estrutura social são sentidas pelas pessoas através dos limites e das pressões vivenciadas.

Por outro lado, também não significa dizer que o sujeito tenha plena autonomia, mas que essa é limitada e sofre o controle das classes dominantes. Por esse motivo, Josep Fontana (FONTANA, 2004), pontua sobre a necessidade de se procurar novas formas de compreensão da sociedade capitalista. Uma dessas formas é direcionarmos a atenção a fim de compreender como os diversos grupos sociais que compõem a sociedade sentem, percebem e se articulam, frente ao processo de reprodução da sociedade. Nessa direção, Eagleton, não nos oferece uma conceituação de cultura fechada, ele a compreende do seguinte modo:

A cultura pode ser aproximadamente resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. Ela é “aquele todo complexo”, como escreve o antropólogo E. B. Tylor em uma célebre passagem de seu *Primitive culture (Cultura Primitiva)*, “que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como um membro da sociedade”. No entanto, “quaisquer outras capacidades” é uma formulação imprudentemente liberal: o cultural e o social tornam-se então efetivamente idênticos. A cultura é então simplesmente tudo que não é geneticamente transmissível. [...] Desde a década de 1960, entretanto, a palavra “cultura” foi girando sobre seu eixo até significar quase exatamente o oposto. Ela agora significa a afirmação de uma identidade específica- nacional, sexual, étnica, regional – em vez da transcendência desta. E já que essas identidades todas vêm a si mesmas como oprimidas, aquilo que era antes concebido como um reino de consenso foi transformado em um terreno de conflito. Cultura, em resumo, deixou de ser parte da solução para ser parte do problema (EAGLETON, 2005, p. 54).

Ao invés de definir cultura, Eagleton se preocupa em compreender práticas culturais. É a partir delas que torna-se possível perceber como costumes, tradições, ritos e festas se

alteram à medida que ocorrem mudanças sociais. Ao decodificar o conceito de cultura o autor demonstra a não eficácia de uma abordagem que é bastante recorrente e atribui à cultura diversos elementos, como se houvesse uma cultura para cada coisa, ao invés de compreendê-la inserida em uma sociedade que se organiza em torno de determinado modelo cultural. Nessa perspectiva, Eagleton sugere que não é possível partir de uma definição prévia de cultura, mas de uma conceituação a partir das evidências proporcionadas pela pesquisa histórica.

Ao trabalhar com a denominação cultura em crise, Eagleton percebe como o conceito de “civilização” ao nascer da antropologia, do direito e da sociologia passou a orientar as humanidades sem a devida problematização, como se o conceito por si mesmo fosse explicar a sociedade capitalista. A partir daí, construiu-se análises fechadas que não explicitam o que tem sido o capitalismo tampouco a cultura que surgiu e que se transforma a partir dele. Ao realizar essa discussão, Eagleton chama atenção para o fato de que os conceitos carregam questões históricas e ao mesmo tempo filosóficas em sua época de escrita. Porém, o que se tem observado no processo de análise é a consagração de determinados conceitos, que aparecem de modo cristalizado e que pouco ou nada dialoga com o real. Em a Lógica histórica, Thompson adverte contra o risco de tratarmos os conceitos sem o devido rigor teórico metodológico, produzindo reproduções que não dizem respeito ao contexto no qual a problemática está inserida.

Ao questionar sobre o por que o conceito de cultura estaria em crise, Eagleton propõe como resposta a necessidade de um redimensionamento da análise pontuando como o pós modernismo acabou colonizando formas de pensar, traduzidas socialmente sob a aparência do politicamente correto. Nesta direção, questões como a intolerância ao outro, ao ser humano, é traduzida como preconceito, como identidade. E ao traduzir tais questões em apenas uma questão de identidade o pós- modernismo vem abolindo da análise as condições onde essas identidades se constroem e onde elas sobrevivem.

Nessa perspectiva, Eagleton possibilita a reflexão sobre até que ponto as abordagens provenientes do pós-modernismo não estaria se sobrepondo as maneiras de pensar e de agir das pessoas, desconsiderando seus desejos e percepções. O autor aponta para o uso da cultura enquanto pulverização de identidades e de determinadas práticas, falindo com questões importantes que estão sobre a guarda dos historiadores. Na percepção de Eagleton, a bandeira do pós- modernismo se volta ao combate do veículo de perpetuação do preconceito ou da liberdade, no caso, as mídias, mas não à raiz dos problemas que estão colocados. A liberdade, na perspectiva em que ela é posta, de que o sujeito é livre por suas escolhas, e de que não é mais preciso engajar-se em lutas ou movimentos sociais, vem provocando fissuras na hegemonia³. A noção de liberdade no pós- modernismo se transformou em sinônimo de liberdade pessoal, implicando na insignificância de instituições historicamente conquistadas coletivamente, como sindicatos, movimentos sociais e outras organizações.

Por essas questões, Eagleton considera que a cultura estaria em crise. A partir dessa compreensão ele passa então, a questionar se estaríamos caminhando para o renascimento ou para a barbárie. Outros fatores ainda estão relacionados a ênfase no lado estético e a não capacidade de conceituar a cultura a luz das mudanças sociais e das evidências históricas. Quanto a isso, Eagleton compartilha a preocupação com os malefícios que o pós-modernismo acarreta quando ao invés de sua crítica nos deixamos seduzir. Um forte exemplo quanto a isso está na noção do mercado transformado em sujeito e em sujeito transcendente. O Mercado deixou de ser compreendido enquanto uma relação social, numa tentativa de despolitizar uma

relação que é altamente política, através da procriação de elementos identitários (moda para negros, obesos etc...).

A noção de mercado adotada nos últimos tempos coloca tais questões acima das relações que são estabelecidas no real. Outro exemplo, diz respeito a terminologia “entramos em uma economia de mercado”, a qual desconsidera que vivemos em uma economia que supõe relações, mas que, necessariamente essas relações não são eternas e mudam com o tempo. No mercado, são assumidas determinadas relações que não se tratam de relações transcendentais, sem sujeitos, porém é como se o fosse. Para Eagleton, essas denominações vem servindo um determinado tipo de política que despolitiza a noção de mercado. Ao constatar a despolitização da noção de mercado, o autor focaliza o problema no uso político de questões relativas a identidade. O que se denota é uma tentativa de recolocar a luta de classes⁴ em outros patamares, diferente daquele, relacionado a dominação e exploração. O pós-modernismo, ao inaugurar a linguagem do discurso e da identidade, trouxe junto à despolitização da noção de classe uma outra espécie de politização desprovida da luta e da compreensão do funcionamento da sociedade capitalista de forma ampla. Assim, o pós modernismo realiza um deslocamento do conflito de classe não indo além da constatação da existência de uma diversidade atrelada unicamente a uma questão de identidade.

Para Eagleton, se a cultura reflete toda uma trajetória, uma mudança semântica no conceito, o que então estaria em crise é o pensamento pós-moderno que tenta homogeneizar as relações sociais construídas de modo complexo. Para o autor, para enfrentar as armadilhas do pós-modernismo é necessário a compreensão de que seus combatentes se encontram na política imaginária. O pós-modernismo nasce a partir de pensadores do século XIX, onde são recuperados os supostos weberianos. Os antropólogos por sua vez vão retomar preceitos em Levi Strauss. Portanto, o que parece ser pós-moderno, está em Weber, Strauss, Freud e outros. A saída proposta por Eagleton é desarmar o pensamento pós-moderno, dialogando e desmistificando o que parece novo mas que já vem de longa data. Eagleton, também, questiona a ideia das subculturas americanas que alimentou todo o desenvolvimento pós-moderno, em autores como Foucault, Deleuze, Derrida, os quais possuem como referencial a denominada contra cultura.

O CONCEITO DE CULTURA EM SIMMEL

No ensaio *O conceito e a tragédia da cultura*, publicado em 1911, Georg Simmel concebe a noção de cultura a partir de uma oposição entre a vida subjetiva, temporalmente finita, e seus conteúdos de validade intemporal. Para Simmel, o processo cultural é uma dialética entre sujeito e objeto cujo caminho vai do sujeito ao objeto, este compreendido como objetivação do espírito (sujeito), e, novamente, do objeto ao sujeito, ou seja, uma re-subjetivação do objeto com o objetivo de um aperfeiçoamento, de um cultivo da personalidade. Para o autor a tragédia da cultura estaria no fato de que este objeto, que tem uma função mediadora no processo, é um meio do espírito, espírito objetivado, para atingir um fim que é sempre o sujeito, ganha no transcurso da modernidade uma autonomia que acaba por fazer dele próprio o fim dessa cadeia de relações (sujeito/objeto/sujeito).

Para Simmel, o universo da cultura estaria ligado ao real e a representação, sendo que o real só se torna real quando de algum modo ele é representado. Contrapondo-se ao marxismo, tal perspectiva atribui ao marxismo a compreensão da existência a partir da ex-

terioridade nas relações entre vida e formas. Na perspectiva de Simmel, o marxismo trata o real como sendo a base econômica e, a representação é ideológica. Simmel, diferentemente, ao trabalhar as noções entre vida (real) e formas (representações), vê as representações como formas culturais. Para o autor a cultura estaria sempre fluindo, fazendo com que a vida se objetive a partir das formas (cultura).

Assim, a vida é entendida como um fluir permanente e de modo amplo. Para Simmel, a vida e a forma precisam estar constantemente produzindo efeitos de subjetivação. A vida é algo que se cristaliza, já as formas são roupagens que se dá a vida. Nesta direção, para o autor o conceito de cultura é instituído, é como se toda cultura já nascesse desgastada, por isso, ele a define enquanto uma circularidade, sendo as características das formas culturais a cognição e a afetividade. A forma designa o espaço da cultura em pequenos objetos e no dinheiro. Já a vida enquanto muitas possibilidades, enquanto potência das relações. Portanto, não há dualidade entre vida e forma. A inserção histórica é sempre a partir das formas, sendo que esta não preexiste como uma coisa em si. Um sentimento torna uma forma tanto quanto um ato. A vida só pode ser cultural quando entra em uma forma cultural, e por isso só a compreendemos através das formas. A forma e o estilo são maneiras genéricas de dar forma, o que para Simmel vem se tornando efêmeras provocando assim, a impossibilidade de subjetivação, o que por sua vez origina um processo de desumanização. Ocorre para Simmel, que uma forma se espelha na outra, o que vai por sua vez, determinar estilos. Isso por sua vez acarreta uma dissociação das formas culturais da vida, enquanto um aspecto trágico da modernidade.

Nela, o homem tem dificuldade de ver sua própria imagem. Os aspectos culturais para o autor (arte, aspectos sociais, econômicos, etc...) não produzem mais subjetivação. Há uma recusa dos aspectos subjetivos da forma. Nesse ponto, pontua não mais haver cultura, pois ela se procria em si mesma e não se encontra mais no sujeito. São formas que se auto-referenciam causando um processo de desmedida, de criação dos processos de subjetividade. Seria o homem boicotando suas referências, a partir dos objetos culturais. A temporalidade do autor não é diacrônica, há a noção de que o presente atualiza o passado. As formas seriam o suporte e a expressão da vida, servindo ao tempo, significando e definindo as pessoas. A vida, portanto, contém todas as formas como possibilidades.

Nesta direção, a cultura não se realiza na vida. Simmel, discute que a cultura não está em nenhum dos pólos, vida e representação, está ao contrário, nos dois pólos. Para que exista cultura criativa é preciso que haja o encontro dos dois pólos. As formas culturais, assim, trazem estabilidade para a vida que é infinita. Na vida, de acordo com Simmel, não há, sujeito e nem representação, mas a relação entre ambos. Porém, o autor aponta que o sujeito morre no próprio processo de produção, nos processos de subjetivação.

A forma é a expressão da criatividade da vida. As formas culturais precisam voltar para o sujeito sendo que este sujeito não está fora do processo. As novas produções culturais estão sempre num circuito. Ao definir cultura, Simmel pontua que a cultura é o espírito objetivo (a criação das formas), o processo de subjetivação é o circuito, e a cultura é o processo em que o objeto se subjetiva sendo que, o processo de subjetivação tem que existir para a criação da cultura.

Nesse raciocínio, o sujeito se objetiva e o objeto se objetiva. Trata-se de um encontro, o que para Simmel é um choque devido a vida ser maior do que as formas. Nesta direção, Simmel aponta que a cultura, ou seja, que o processo de subjetivação possui consequências psíquicas ao chamar atenção para as questões psíquicas dos objetos culturais. Para ele, as for-

mas culturais normatizam e ordenam e, tem como objetivos produzir valores morais. Quando a cultura não significa mais, não produz mais subjetivação, ela está de si para si mesma. Por isso, o autor discute a noção de formas culturais como uma fissura, uma quebra, compartilhando da discussão de Agamben⁵ sobre as quebras trazidas pela modernidade. Nesta concepção, a vida é fluída, porém as formas culturais não.

Assim, ocorre uma dissociação entre vida e forma, pela qual começamos ver nossa tragédia contemporânea. A cultura não está mais provocando novas subjetivações. Ao contrário, está provocando processos de desesubjetivação. Os indivíduos se encontram extremamente frágeis, enquanto o processo de produção das formas culturais não for interrompido. Isso porque as novas formas só se referenciam as formas que já existem. Nesse contexto, são pertinentes as discussões realizadas por Haroche (2008) em relação a compreensão dos sentimentos na modernidade contemporânea. A autora historiciza ao problematizar que os sentimentos não são essências, mas elementos históricos porque possuem uma atividade dinâmica, ativa na configuração do que chamamos de contextos. Ao apontar para as formas históricas de subjetivação, que são várias maneiras de sentir, Claudine discute que são formas múltiplas e não aleatórias. A abordagem crítica da autora se volta ao declínio e a atrofia das maneiras de perceber e de sentir, o que tem como decorrência a relatividade no ato de pensar. Discute sobre o fluxo de sensações intensificado pelas mídias, que vai afetar a percepção, os afetos e as atividades de pensar na psique contemporânea.

Para a autora, a consciência está passando por uma atrofia responsável pela construção da subjetividade do modo como ela está se dando hoje. Nesta direção, a autora faz uma relação entre o inconsciente, os sentimentos, a consciência e a percepção do eu. Segundo ela, as pessoas passam a não ter consciência de seus atos quando não possuem sentimentos em relação a eles. E assim, o sujeito não se sente engajado em algo porque não possui sentimento em relação a ele. É a ausência ou não de sentimentos que permite dizer se o sujeito tem ou não consciência. Discute então, que o contexto atual aponta dois opostos, ou denuncia o desengajamento ou vibra com ele. Nesses processos, os sentimentos são incorporados pelas pessoas, daí a necessidade de pensar consciência de forma ampla. Nesta direção, a autora dialoga com Simmel quando discute sobre o isolamento do homem moderno, em que, estaria havendo a diminuição da audição, e os sujeitos só estariam visualizando. Tal questão leva a reflexão sobre a importância da materialidade do sentir, no sentido de que sentimos e experimentamos o mundo moderno. O que por sua vez faz indagar sobre o que ocorreu e como estão se exercitando hoje as maneiras de sentir através de nossos sentidos.

As discussões de Haroche dialogam com a compreensão de cultura em Simmel que ao discutir as noções vida e forma compreende cultura na relação entre as duas noções e os processos de subjetivação, em que o psíquico não estaria apenas na interioridade dos sujeitos, mas também nos objetos. Nesse processo de análise, o autor percebe uma tensão entre vida e forma, o que ele pontua como a dimensão da tragédia da cultura. Desconstrói a noção de exterioridade pontuando que a cultura só possui um caráter criador quando interpela a própria vida.

Segundo ele, não há dualismo entre objeto e sujeito, porque a única forma do sujeito se subjetivar é se objetivando. Ocorre que, o fluxo dos sujeitos aos sujeitos passando pelos objetos está sendo interrompido. Os objetos culturais deixam de interpelar e dizer respeito sobre a vida. Desse modo, a subjetivação está comprometida. Ocorre então, uma alienação, em que as formas culturais passam a se separar e os sujeitos não produzem processos de subjetivação e passam a não ter mais memórias.

Aos objetos que tem significados, mas que não são significantes, Simmel denomina de tragédia. O autor ainda sinaliza que a cultura por si só é tragédia porque mobiliza. Os objetos são a tragédia contemporânea. A tragédia que menciona Simmel, não é exterior, o capitalismo, ou o consumismo, mas é a lógica interna, dos dispositivos, de sua rede e os efeitos que estaria provocando. A lógica interna faz com que as coisas se transformem sempre no sentido da mesmice, sem lugar para o imprevisível e para as mudanças qualitativas. As formas culturais se renovam com a inovação tecnológica, por exemplo, (celulares), mas essa inovação ocorre na mesmice. Nesse contexto, Simmel define o conceito de cultura ao pontuar que:

Pertence ao conceito de toda cultura o fato de o espírito criar algo objetivo independente por onde passa o desenvolvimento do sujeito de si para si mesmo; mas por isso mesmo este elemento integrador que condiciona a cultura é predeterminado por um desenvolvimento específico, que sempre consome as forças do sujeito, que sempre os atrai para sua órbita sem os conduzir assim ao máximo de si mesmos: o desenvolvimento do sujeito já não pode tomar o mesmo caminho que o desenvolvimento do objeto; se o faz ainda assim, entra em uma rua sem saída ou no esvaziamento da vida mais íntima e mais própria (SANTOS, 2014, p. 160).

Através dos objetos culturais é que o si é construído. Nesta direção, Simmel realiza um diagnóstico da contemporaneidade e da modernidade no início do século XX. Os objetos provocam desejos específicos, mas não mais estimulam, havendo uma dissociação entre cultura e vida, ou forma cultural e vida. Tais questões, segundo Simmel, possibilitam pensar sobre o campo político, social e cultural.

O CONCEITO DE CULTURA E AS EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS

Para Lefebvre (2001), a forma separada do conteúdo, ou seja, a forma (cultura) separada da vida leva a abstração sobre o real. Nessa perspectiva, a cultura diz respeito a uma superestrutura desvinculada do processo histórico de sua produção, da percepção e dos significados atribuídos pelos sujeitos. A concepção filosófica na busca por compreender a realidade e explicá-la deixa de lado a própria realidade. Porém, na concepção filosófica de Simmel, a realidade em si deixou de produzir subjetivação, ela e os sujeitos não significam mais as relações. Diante das distintas concepções, a noção de cultura será problematizada a partir da discussão de experiência e evidência histórica em Thompson, no intuito de testar o conceito de modo a sistematizá-lo.

Seguindo a tradição do materialismo histórico cultural, Thompson sugere o diálogo com as evidências de todo um processo histórico de constituição da sociedade capitalista. Por evidência histórica, Thompson compreende que os fatos e as evidências não se manifestam por si mesmos. Do contrário, eles precisam ser interrogados pelo pesquisador a partir de supostos teóricos. Segundo o autor: “A evidência histórica existe em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogado por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta” (THOMPSON, 1981, p. 38). A partir de Thompson, compreendemos que as evidências históricas possuem determinadas propriedades que limitam as possibilidades de que todas as perguntas tenham sentido e que seja possível encontrar repostas. O interrogar da fonte a partir do embasamento teórico e as evidências que a mesma suscita no processo

de pesquisa. leva a eliminação ou a afirmação de interpretações que no conjunto de outras fontes, permitem também por sua vez, serem testadas.

Nesta direção, contrariamente a concepção de Simmel, os sujeitos ganham força, pois compreender o fazer-se destes agentes no processo histórico é parte da compreensão da cultura e experiência social vivenciada e demarcada pelos limites e pressões que experimentam enquanto homens e mulheres trabalhadores que se constituem constantemente no processo histórico que vivenciam. Essa concepção é válida para pensar não apenas a fonte oral, mas, todo o tipo de fonte na qual o pesquisador se depara. Independente do periódico ele carrega interesses voltados a quem o edita e, também por quem o organiza.

Não se trata para Thompson (2009), de refletir a cultura e a experiência atrelada ao estruturalismo economicista, tampouco pelas premissas idealistas que visualizam a cultura enquanto visão de mundo, ou mentalidade, desassociada da base material, ou enquanto reflexo daquilo que é produzido pela classe dominante. Para Thompson, as relações sociais precisam ser compreendidas nas ações, evidências históricas criadas pelos próprios sujeitos, no âmbito das relações que estabelecem, portanto diante da cultura, dos valores e significados que atribuem ao vivido.

Para o autor, desconsiderar a dimensão da vida social dos sujeitos é perder de vista as dimensões históricas em que são produzidas, correndo-se o risco de produzirmos conhecimentos abstratos. De acordo com Thompson, os elementos que compõem a pesquisa histórica precisam ser identificadas, nas ações, evidências criadas pelos próprios agentes, nos registros de suas culturas, que corresponde aos seus modos de viver, de criar significados, afetivos, morais, como dimensões históricas daquilo que vivenciam enquanto contradições, limites e pressões de um processo em que estão inseridos das mais diferenciadas formas. Nesta direção, investigar as experiências a partir da cultura significa investigá-la não de modo isolado da vida material. Já para Simmel, os sujeitos não produzem significados em torno do que vivenciam, portanto, a cultura nesta direção, é compreendida enquanto formas que não se relacionam com a realidade, apenas reproduz mecanicamente formas (modelos) culturais sem sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, consideramos que o conceito de cultura em Simmel é compreendido e definido como um conceito que congela as evidências históricas. Nesta via de interpretação, os sujeitos são entendidos enquanto objetos que, por não produzirem mais subjetivação, ou seja, significados acerca do que vivenciam, reproduzem formas culturais que se transformam a medida que novos elementos são criados por meio da tecnologia. Porém, segundo Simmel, o sujeito diante dessas formas que mudam constantemente não são capazes de produzir a partir deles próprios significações. Em contrapartida, em Eagleton, não encontramos definição para o conceito de cultura. O conceito é compreendido de forma aberta, a ser explorado a partir das evidências históricas. Ou seja, se compreendemos o conceito de cultura, enquanto um conceito, fechado nele mesmo, dado assimilamos a estrutura vivenciada, de modo que as ações dos sujeitos, diante da estrutura não possui a menor importância. Por outro lado, se o conceito é compreendido numa noção de processo, entendemos que ele precisa ser compreendido como um problema, porém, não um problema analítico, mas um movimento histórico não definido, que muda e se transforma à medida que a sociedade, nela e, com ela muda os sujeitos.

Trata-se, pois, de examinar as experiências em todos os ângulos da existência da vida. Para isso, a cultura se torna um campo privilegiado para o entendimento das contradições colocadas pelo processo histórico, porque a cultura nada mais é do que o modo como as pessoas organizam sua vida – não apenas sua vida material, mas como organizam seus sentimentos e valores expropriados ou incorporados dia a dia. O objetivo a partir daí, não é descrever como se desenvolve a vida ou as lutas, mas entender o porque e como elas acontecem, evidenciando assim, sentimentos, valores, resistências, sensações de perda e em que medida esses elementos se reconstróem ou se reinventam a partir de padrões estabelecidos. Diante dessa perspectiva não há uma cultura autônoma a ser procurada que esteja fora das relações de força vivenciadas em sociedade (FENELON, 1992)

Para Eagleton, a crise em torno da cultura estaria relacionada a uma não conceituação a luz da realidade. Para Simmel, a tragédia em torno do conceito de cultura é atribuída a incapacidade dos sujeitos produzirem subjetivações (significados). Tais supostos possibilitam pensar o conceito de cultura ou como um campo de possibilidades a serem investigadas, ou, como algo definido e homogêneo. Se a cultura enquanto conceito consiste em um campo aberto a ser explorado a partir das evidências históricas, como é possível homogeneizá-lo sob a premissa de que os significados já não mais existem?

THE CONCEPT OF CULTURE IN TERRY EAGLETON AND GEORGE SIMMEL

Abstract: the article discusses the concept of culture from Terry Eagleton and George Simmel, highlighting the differences in approach between the two perspectives. Proposes the systematization of concept articulating it to the discussion on experience and historical evidence in Thompson in order to discuss the prospects now.

Keywords: Culture. History. Historical evidence.

Notas

- 1 Terry Eagleton é professor de Literatura Inglesa da Universidade de Oxford. Entre seus trabalhos publicados no Brasil, destacam-se *Marxismo e Crítica Literária* (Editora Unesp, 2011), *A tarefa do crítico* (Editora Unesp, 2010), *Marx e a liberdade* (Editora Unesp, 2002) dentre outros.
- 2 Filósofo e sociólogo alemão nascido em Berlim, (Berlim 1º de março de 1858 – Estraburgo, 28 de setembro de 1918). Entre suas obras citamos *A filosofia do dinheiro*, *Ensaio sobre teoria da história* e *Filosofia da moda* e outros escritos.
- 3 Ou seja, na constituição de organizações coletivas, na luta por direitos sociais.
- 4 A denominação de luta de classes é compreendida aqui a partir da noção de Thompson de que “uma classe se define pelos próprios homens, segundo e como vivem sua própria história e, em última instância esta é a única definição possível” (THOMPSON, 1997, p. 10).
- 5 Giorgio Agamben foi um filósofo italiano. Em sua obra *O que é o contemporâneo?* realiza uma crítica a racionalidade e o racionalismo moderno discutindo que o presente é por definição inconcluso, é uma fissura, devido a constante atualização do tempo. Nesta perspectiva, o contemporâneo não é o presente, o presente é descontínuo, é a todo o momento arcaico e anacrônico. A contemporaneidade seria desse modo, uma desmogeneidade, nela se dá a realização do passado, presente e futuro, não se refere apenas ao presente.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*/Terry Eagleton. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FENELON, Dea R. O historiador e a Cultura Popular: História de classe ou história do povo? *Revista História e Perspectiva*, Jan/Jun 1992.
- HAROCHE, Claudine. *A condição sensível*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- LEFEBVRE, Henri, 1901-1991. *O direito à cidade*/Henri Lefebvre. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- SANTOS, Antonio Carlos (Tradutor). O conceito e a tragédia da cultura, de Georg Simmel. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 9, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2014.
- THOMPSON, E.P. A lógica histórica. In: *A miséria da teoria*. Ou um planetário de erros. 2009. Copyleft.
- _____. Experiência: o termo ausente. In: *A miséria da teoria*. Ou um planetário de erros. 2009. Copyleft.
- WILLIAMS, R. *Base e superestrutura na teoria cultural marxista*. In: *Cultura e Materialismo*, Editora UNESP, 2011.